

Criar, cuidar, proteger, manter, amar: a família atual e seus desafios no contexto de pobreza.

Luciene Alves Miguez Naiff¹
Paula Caldeira²
Alexandra Pena³
Cristiane Diniz⁴

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo entender as famílias, em especial aquelas que estão em situação de vulnerabilidade econômica, na tarefa da criação de seus filhos e quais outros atores participam e /ou influenciam nesse processo.⁵

O entendimento do núcleo familiar e comunitário no qual as crianças e adolescentes se originam, inclui um importante ponto de vista da situação em que vivem e, certamente, se apresenta como mais um instrumento de auxílio na geração de propostas de políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Os principais fatores de fragilização das famílias apontados nos resultados foram relacionados à ausência ou ineficiência de políticas públicas na área da educação, saúde e trabalho.

Palavras-chaves – família, políticas públicas, criação dos filhos

Raise, take care of, protect, support, love: The present family and its challenges in the poverty context.

Abstract:

This study aims at understanding how families, especially low-income families, cope with the task of raising their children and what actors help or influence them during this process.

Understanding family and community contexts is seen as an important component to analyse what impacts children and youth while growing up but it can also assist to formulate public policies that responds to family and community needs.

The research has shown that the main factors that affected families were inadequate public policies in education, health and work related issues.

¹ Doutora em psicologia social pela UERJ, professora titular do mestrado em psicologia social da Universidade Salgado de Oliveira e pesquisadora do CIESPI- PUC/RJ

² Mestranda do Programa EICOS da UFRJ, secretaria executiva e pesquisadora do CIESPI- PUC/RJ

³ Mestranda do Programa EICOS da UFRJ, pesquisadora do CIESPI – PUC/RJ

⁴ Mestranda do Programa do Departamento de serviço social da PUC/RJ e pesquisadora do CIESPI.

⁵ Essa pesquisa foi realizada no período de agosto de 2005 a março de 2006 pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância – CIESPI - dando continuidade a um conjunto de estudos que tem a família e os elos familiares e comunitários como foco. A saber:

RIZZINI, Irene e BARKER, Gary. (2001). *Crianças, adolescentes e suas bases de apoio. Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. Resultados iniciais 2000-2001*. Rio de Janeiro: CESPI/USU, Instituto PROMUNDO; RIZZINI, Irene e BARKER, Gary (org.). (2001). *Criança não é Risco é Oportunidade*. Rio de Janeiro: EDUSU / CESPI/USU, Instituto PROMUNDO; RIZZINI, Irene e BARKER, Gary (org.). (2001). *Criança, adolescentes e suas bases de apoio*. Rio de Janeiro: EDUSU / CESPI/USU, Instituto PROMUNDO; SOUZA, Sônia e RIZZINI, Irene (coods). (2001). *Desenhos de família – Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cànone Editorial.

Key-words: family, public policies, raising children

Introdução

A pesquisa aqui apresentada surge da necessidade de entender os contextos sociais nos quais encontramos crianças e adolescentes brasileiros, focando, mais especificamente, nas questões que emergem diante da realidade das famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

Propomo-nos, nesse estudo, conhecer como as famílias estão sobrevivendo e criando seus filhos em meio a situações de pobreza, desrespeito social, violência, falta de garantia de direitos, dificuldades de acesso a serviços públicos básicos entre outros tão sérios e importantes fatores. Com esse intuito, oferecemos um *zoom in* em uma dada realidade na cidade do Rio de Janeiro, a saber: famílias urbanas, de uma comunidade pobre localizada na Zona Sul da cidade⁶, com variadas composições em consonância com os redesenhos familiares da atualidade.

A pesquisa que ora se apresenta, pretende oferecer mais subsídios para o entendimento sobre como as famílias criam seus filhos, procurando não apenas o que lhes faltam, mas principalmente com o que contam. Mostrar as estratégias das famílias, das comunidades e das crianças e adolescentes para viver em meio à pobreza, é ressaltar o entendimento da situação que vivenciam, e enfatizar o lugar de ator social e não apenas de vítimas de processos sociais.

Em que pese a necessidade de restringir nosso campo de estudo para dar conta do tempo limitado destinado a presente pesquisa, ouvimos pais, mães, avós, tios, tias, de diversas faixas etárias. Para preparar essa escuta, nos baseamos na literatura sobre o tema “família” e em pesquisas anteriores realizadas pelo CIESPI.

Definindo família no contexto atual

A família é o lugar da subjetividade e da identidade, ao mesmo tempo em que é, também, o primeiro e principal espaço social. Essa ambigüidade do lugar da família se expressa no que dela se espera: lugar de proteção e expressão do indivíduo, lugar de

⁶ A cidade do Rio de Janeiro possui centenas de “aglomerações subnormais”, termo aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que assim define os locais onde há falta de saneamento básico, acesso a eletricidade, água e serviços básicos. São também comumente chamadas de “favelas”. Essas aglomerações existem em praticamente todos os bairros da cidade, inclusive na Zona Sul, local de maior concentração de renda.

socorro e, ainda, lugar da transmissão das regras e normas sociais, como salienta Costa e Vitalle (2003):

“A família como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações includentes na própria vida em sociedade. É um campo de mediação imprescindível” (p. 271).

Recentemente, as principais mudanças na concepção mundial de família, incorporadas na legislação de vários países, dizem respeito à participação mais marcante da mulher na construção e manutenção da família. As conquistas feministas, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o divórcio, permitindo uma troca de companheiros mais freqüente, estabeleceram uma outra configuração à família, principalmente à família ocidental. As mulheres chefes de família, com ou sem parceiro, são, hoje, uma realidade. Apesar disso, o modelo familiar predominante ainda é patriarcal na maioria das sociedades modernas. O novo código civil brasileiro, vigorando desde janeiro de 2003, prevê a igualdade nos direitos entre homens e mulheres como nunca houve em nossa história; antes disso, a Constituição de 1988 já iniciava esse movimento, mudando leis inadequadas à realidade atual (Genofre, 2002).

Quando nos deparamos com comunidades de baixa renda percebemos que existe uma dicotomia entre o que podemos chamar de “família pensada e família vivida” (Szymanski, 2002). O ideal de família, isto é, a “família pensada”, ainda é permeado pela concepção do homem provedor, que suprirá as necessidades financeiras da família, desobrigando a mulher da busca de trabalho fora de casa. Na realidade, isto é, na “família vivida”, geralmente a mulher sempre precisou procurar o seu sustento e o de seus filhos. A diferença no tocante aos grupos sociais é que comumente o trabalho para as mulheres mais pobres não é vivido como uma conquista, que proporciona prazer e satisfação como para a maioria das mulheres de classe média; esse trabalho, muitas vezes exaustivo e que se soma ao trabalho realizado em casa, é usualmente vivido como uma necessidade em consequência da ausência do recurso financeiro para subsistência.

O rendimento nominal mensal mediano das mulheres responsáveis por domicílios brasileiros é de R\$276,00. Vemos, no Brasil, o crescimento de um fenômeno já conhecido nos países mais pobres: a “feminização da pobreza”.

“O conceito “feminização da pobreza” representa a idéia de que as mulheres estão ficando mais pobres do que os homens. De acordo com o *Human Development Report* 1995: a pobreza tem o rosto de uma mulher – de 1,3 bilhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres. A pauperização das mulheres tem sido relacionada a um aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. Como consequência, os estudos sobre feminização da pobreza têm se voltado, principalmente, para analisar as famílias chefiadas por mulheres” (Novellino, 2002:1).

As estratégias de sobrevivência criadas pelas famílias pobres estão calcadas na criação de uma rede de sustentação mútua para momentos de dificuldade. As famílias partilham alimentos, vestimentas, moradia e até a criação dos filhos. As mulheres são hoje as principais beneficiadas pelos programas compensatórios. Análises mostram que, chegando à mulher, os benefícios tendem a ser mais bem aproveitados pela família.

Os números mostram, também, dados positivos: nos últimos dez anos, as mulheres e os homens aumentaram significativamente o número de anos de estudos. Se em 1991 as mulheres tinham em média 4,4 anos e os homens 4,9, em 2000 passaram para 5,6 e 5,7 respectivamente. Um importante avanço se considerarmos a educação como um dos principais caminhos para o combate à exclusão e à desigualdade.

A mulher ocupa um lugar significativo na estrutura familiar, para além do papel de suprir a subsistência. Segundo Manzini-Covre (2002), a mulher pode ser considerada: “a guardiã da afetividade familiar: é ela quem deve tomar conta da prole, ser a provedora do alimento e do espírito.” (p.110).

Observamos ainda hoje funcionários de escolas públicas, de instituições de garantias de direitos como Juizados e Conselhos Tutelares, políticos e a sociedade em geral culpabilizando a mãe pelos atos dos filhos, principalmente a mãe pobre. Um exemplo bastante atual é o chamado “acolhimento” (antes “recolhimento”) de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro: trata-se de recolher a criança e/ou adolescente que estiver perambulando pelas ruas sem o responsável, e encaminhá-lo(a) para um abrigo. Depois disso, o responsável, quase sempre a mãe, é chamado para responder a processo por negligência e, se a criança estiver trabalhando, à exploração do trabalho infantil. Essa família, já fragilizada por uma série de motivos, alguns destes inclusive responsáveis pela ida dos filhos para as ruas, passa a ser caso de polícia e não de investimento social.

Não raro, os atos criminosos cometidos por jovens têm, entre as causas diagnosticadas pela sociedade: a família, a falta dela, sua “desestrutura” e sua inadequação aos valores e padrões comportamentais exigidos. Leser de Melo (2002)

alerta para o perigo de se fazer uma análise simplista, que acaba por reforçar justificativas incompletas para a situação de crescente violência nos centros urbanos. São comuns argumentos como: “a patologia social está radicada na pobreza. Ela é a encarnação do mal” (2002:51). A autora propõe uma análise mais aprofundada e livre de preconceito, que permita delinear o perfil da família pobre brasileira não como vilã ou como vítima, mas sim no seu papel de sobrevivente de um sistema que historicamente vem minando seus esforços de existir.

Dados sócio-demográficos da família brasileira

No intuito de apresentar a família brasileira a partir dos seus aspectos sócio-demográficos, discutiremos a Síntese dos Indicadores Sociais de 2005, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2004.

Os dados estatísticos de uma população são de extrema importância para se entender como determinados aspectos da vida social estão se transformando ao longo do tempo e em diferentes regiões. Esses dados, atualmente, constituem um dos principais instrumentos utilizados no subsídio a políticas públicas focadas nas necessidades de grupos sociais específicos. No entanto, não devemos analisar apenas os números, esquecendo que por trás deles existem pessoas, com suas dúvidas, medos, questionamentos, potencialidades e especificidades que somente um olhar mais apurado pode, de fato, conhecer. Faz-se fundamental para se entender a realidade social, a conjugação de tantos métodos quanto forem necessários a fim de minimizar os equívocos e atingir maior eficácia nas propostas oferecidas.

O IBGE (2005) define família como: “Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar.” (p.315)

As pesquisas do IBGE apontam números que corroboram a percepção de que a família brasileira está em constante mudança. Iremos abaixo discutir os indicadores que dizem respeito diretamente a mudanças comportamentais da família brasileira e que interferem diretamente na criação dos filhos.

Apesar da necessidade de se ter extremo cuidado em relacionar variáveis, algumas vêm apresentando reincidência nos dados do IBGE. Uma delas é a relação entre rendimento e número de filhos. Percebemos que o baixo rendimento é o fator mais forte de associação com o alto número de filhos. Esses dados podem sugerir que

existem grupos que não estão acessando adequadamente os recursos necessários para que possam exercer uma fecundidade planejada e consciente. São grupos que necessitam de apoios multivariados.

O Brasil vem mostrando uma diminuição na taxa de fecundidade total de 35% em relação aos dados do Censo Demográfico de 1980. Isso pode ser resultado de mudanças sociais que impulsionam cada vez mais a mulher para o mercado de trabalho, criando nela desejos e aspirações profissionais antes desestimulados culturalmente. Por outro lado, aponta para contribuições de programas voltados especificamente para o planejamento familiar como, por exemplo, a BEMFAM – Sociedade de Bem Estar da Família – criada no início dos anos 70 e atuante em todo o Brasil até os dias atuais.

Em 1996, o Brasil sanciona a Lei nº 9.263 que regulamenta o parágrafo 7 do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar. Essa lei assegura direitos à informação e a métodos preventivos e protege as mulheres e os homens de medidas de controle de natalidade impositivas e /ou em desrespeito à vontade individual. No entanto, a dificuldade de acessibilidade a esses direitos torna essa lei, como tantas outras, pouco utilizada.⁷

Esta é uma questão delicada e importante e deve ser discutida com profundidade. Temos que entender melhor porque, de acordo com o PNAD de 2004, 49,1% das mulheres brasileiras de 15 a 49 anos com rendimento de até ½ salário mínimo *per capita* têm 3 filhos ou mais, enquanto entre as mulheres de rendimento superior a 2 salários mínimos essa proporção é de 21%. Devemos pensar nos aspectos econômicos e sociais sem perder a dimensão subjetiva que envolve o que é ser mãe entre os grupos sociais.

O IBGE (2005) considera a pessoa de referência na família aquela indicada pelos moradores da unidade domiciliar, ou seja: “Reconhecimento de seus membros sobre a autoridade moral ou financeira de um deles”. (p.173)

Os dados estatísticos vêm mostrando mudanças significativas no número de famílias chefiadas por mulheres. Esse dado está proporcionalmente relacionado ao ingresso da mulher no mercado de trabalho e ao aumento da expectativa de vida das mulheres, que, no Brasil, é maior do que o aumento da expectativa de vida dos homens, gerando famílias de viúvas com seus filhos e agregados. A principal mudança de padrão

⁷ Os principais direitos encontrados na Lei nº 9.263 são: a) assistência à concepção e contracepção; b) atendimento pré-natal; c) assistência ao parto; d) controle de doenças sexualmente transmissíveis; e) controle e prevenção ao câncer colo-uterino, câncer de mama e câncer do pênis.

não diz respeito às mulheres chefes de famílias monoparentais, pois, nesse caso, a mulher é, de fato, a única representante da família, seja pela viuvez ou pela composição de famílias de jovens e seus filhos sem a presença constante de um companheiro, mas sim às famílias em que a presença do homem é conferida.

“Em 2004, 27% das mulheres declararam-se como pessoas de referência das famílias brasileiras e dentre essas, 14,8% viviam com o cônjuge, percentual expressivo que pode estar revelando um novo padrão de responsabilidade compartilhada”. (IBGE, 2005: 173)

O Brasil possui 56.039.518 arranjos familiares. Destes, 45,3% são compostos por famílias com filhos de até 15 anos de idade. Um dado preocupante é que 41,4% das famílias com crianças de 0 a 6 anos possuem rendimento de $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Se pensarmos ser essa a idade de maiores necessidades nutricionais que podem afetar o desenvolvimento psicomotor, percebemos a gravidade da situação. Os dados mostram também que nesse grupo o acesso a pré-escola e creches é igualmente prejudicado. Ou seja, o aparato escolar que poderia ser um importante apoio não está acessível. Apenas 9% das crianças de 0 a 3 anos em famílias com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* frequentam creches.

A gravidez na adolescência pode ser um fator de fragilização das famílias e está intimamente relacionado com as questões expostas acima. A dificuldade de realizar um planejamento familiar, a baixa escolaridade, a dificuldade de geração de renda são algumas das variáveis que atravessam a problemática das meninas ainda muito cedo sendo mães no Brasil. Entre as adolescentes de 15 a 17 anos brasileiras, 6,8% tiveram pelo menos um filho nascido vivo e, dentre estas, 11% já têm um segundo filho. Se pensarmos na população jovem, este índice sobe drasticamente para 36,5% das mulheres entre 18 e 24 anos. A região Norte é a que apresenta os maiores índices de fecundidade entre jovens, chegando a 52,2%

Apoio à família

É importante salientar que o foco na família não é algo novo. Na verdade, ele está presente em vários documentos nacionais e internacionais a partir do final dos anos 70, entre eles: a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso. Recentemente pesquisas promovidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apontam a

necessidade de se interromper o ciclo de transmissão intergeracional da pobreza, focando as questões mais subjetivas que envolvem o contexto familiar.

No campo das políticas públicas na área da assistência social, o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS)⁸ traz em suas prioridades ações junto a família, tida como o núcleo primeiro de apoio. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui-se na regulação e organização do que encontramos na PNAS, através de uma gestão descentralizada, tendo como principal foco de atuação a matricialidade sócio-familiar.

Os serviços sociais a serem oferecidos pelo SUAS seguem 3 norteadores fundamentais. O principal deles é a proteção social, que deve estar em consonância com as garantias legais dos cidadãos brasileiros. Portanto, se o objetivo é proteger o cidadão e sua família, deverão ser oferecidos os apoios que permitirão que essa proteção se efetue. Temos na proposta do SUAS dois tipos de proteção para a família e os indivíduos: a) proteção social básica, que pressupõe ações de prevenção que fortaleçam as famílias fragilizadas por diversas razões, e b) proteção social especial, que deve ser acionada em situações mais graves, nas quais a exclusão e a violação de direitos já se instalaram.

Segundo Donzelot (1980), no momento em que a família passa a exercer o principal papel na formação do indivíduo social, ela passa a ser vista como objeto de intervenção, ajuda humanitária e produção de saberes. Nos dias de hoje, no Brasil e no mundo, a discussão, segundo Vasconcelos (2005), alerta para os pontos positivos e negativos de se intervir no âmbito privado, espaço privilegiado da família:

“A entrada de um programa de assistência social em uma família ou domicílio cria uma situação clara de ambigüidade e conflitos. Por um lado, pode representar apoio, acesso a bens, benefícios e serviços, por outro é uma invasão na intimidade da esfera privada, cerceando a liberdade e a autonomia das pessoas, com sérios riscos de normatização social e fortes componentes culturais.” (p.38)

A análise dos serviços de atenção às famílias que sofrem com violência doméstica contra crianças e adolescentes, produzida pela UNICEF em 2004, afirma a

⁸ Política Nacional de Assistência Social aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência por intermédio da resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 e publicada no Diário Oficial da União - DOU no dia 28 de outubro de 2004.

importância de se pensar no grande potencial da família enquanto espaço de proteção e de vivência social, quando esta é apoiada e fortalecida em suas necessidades básicas.⁹

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer os apoios utilizados pelas famílias entrevistadas na criação dos filhos. Não nos contentamos com as usuais definições de apoio utilizadas nas políticas públicas ou nos variados estudos sobre essa temática. Buscamos a emergência desse conceito, no sentido dado a ele pelas famílias entrevistadas.

Estudo de caso – comunidade Ladeira dos Tabajaras

A pesquisa empírica foi realizada utilizando entrevistas qualitativas, abertas e gravadas, seguindo um roteiro orientador. O instrumento foi testado com entrevistas piloto que confirmaram sua aptidão na obtenção das informações que desejávamos.

Optamos por realizar um estudo de caso pelas características dessa metodologia que, segundo Menga, Lücke e Marli (2001), proporciona uma inserção mais ampla e aprofundada na realidade que se pretende investigar.

A pesquisa foi realizada na comunidade conhecida como Morro dos Cabritos ou Ladeira dos Tabajaras. Segundo o último Censo realizado pelo IBGE em 2000, o Morro dos Cabritos possui 2.040 moradores, sendo 761 crianças e jovens entre 0 e 20 anos, e 589 domicílios.

A comunidade possui diversos serviços voltados para as famílias. Os serviços localizados dentro da comunidade citados pelos moradores foram: Creche Cantinho da Natureza; Creche Tia Sonia Crispiniano e CEMASI Maria Vitória. E os serviços citados que se localizam nos bairros do entorno da comunidade são: Centro Municipal de Saúde João Barros Barreto; Creche Municipal Irmãs Batista e ONG Ação pelo Semelhante (que realiza atendimentos em homeopatia e psicoterapia).

Análise das entrevistas individuais

Foram entrevistados 10 moradores da comunidade do Morro dos Cabritos, sendo estes pais, mães e avós de crianças e adolescentes. O material coletado nas entrevistas foi organizado em 7 categorias expostas abaixo:

⁹ A UNICEF e o Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde - CLAVES / FIOCRUZ realizaram uma pesquisa para conhecer os apoios voltados às famílias que sofrem violência doméstica contra crianças e adolescentes. Tal pesquisa originou a publicação *Famílias: parcerias ou usuárias eventuais?* UNICEF & CLAVES, 2004.

A infância

Os relatos sobre a infância dos entrevistados revelam uma grande ausência ou uma presença distante de um dos pais. Relatam, também, a dificuldade de diálogo com o pai e a mãe como a figura afetiva na família.

“Meu pai não fala comigo direito não, meu pai é meio travado, só me dá esporro. Conversa, mas dá esporro”. (Pai, 17 anos)

“Eu vivi sempre só eu e minha mãe, não sei se eu senti falta de pai, não sei. O meu pai foi embora, não sei se morreu, se foi embora, me abandonou, não sei o que aconteceu com ele...”

(Mãe, 23 anos)

Os entrevistados percebem que o maior problema enfrentado pelos pais deve-se a dificuldade em encontrar um local seguro onde deixar os filhos para que possam trabalhar. Muitas vezes, precisam contar com os filhos mais velhos (mesmo que ainda crianças) para o cuidado dos irmãos menores.

“Ah, olha eu tive uma infância meia bruta, né? Eu não fui menina que brinquei, não fiz atividade nenhuma, porque eu nasci na favela do Humaitá. Então, minha mãe era muito carregada, muito filho, fui a primeira filha da minha mãe. Eu tive seis irmãos”.

(Avó, 62 anos)

“Quando minha mãe abandonou a gente eu tinha quatro anos de idade. Por isso que daí pra cá sempre as pessoas me criaram. Eu me lembro que nessa época meu pai saía quatro horas da manhã pra ir trabalhar e deixava café feito, lavava a roupa, deixava tudo, arroz. A gente ficava em casa o dia todinho às vezes jogando bola, muitas vezes ia pra casa de uma vizinha. Aí sempre tinha umas tias minhas que cuidavam de mim. Mas o meu pai nunca deixou minhas tias me pegarem pra ir morar com elas. (...) E eu tenho orgulho do meu pai cinqüenta vezes mais do que da minha mãe”.

(Pai, 22 anos)

Gravidez

A maioria narra a gravidez como um acidente. As mulheres reclamam da ausência do companheiro no dia a dia. Contaram mais com a ajuda das mães, tias e vizinhas neste período de suas vidas.

A chegada do filho traz outras necessidades e aumenta a responsabilidade da família. Na maioria das vezes as figuras familiares femininas são as primeiras a oferecer apoio e a aceitar a gravidez.

Os relatos demonstram vários casos de gravidez precoce e despreparo para lidar com esse momento.

“Quem ajudou foi uma senhora, uma vizinha lá onde eu morava. Ajudou da primeira e da segunda gravidez”. (Mãe, 29 anos)

“Minha mãe e minhas tias estavam me apoiando (quando a filha nasceu). Minha mãe deixou até de trabalhar pra ir até lá. Ela que dava banho, porque achava que eu não ia conseguir dar por achar que eu era muito criança. Tive (a filha) com 19 anos. Eu não me achava muito criança”. (Mãe, 23 anos)

“Ela não quis tirar (abortar) eu pedi pra tirar e ela não quis. Já bati nela grávida várias vezes. (...) Acho que eu tinha 15 anos. A família toda, ninguém apoiava. A gravidez foi mais ou menos... Ah, foi chato, foi esquisito. Eu não tava preparado. O parto foi... agora, eu me esqueci, foi ali no Centro, só não sei o nome do hospital. Ela foi e eu não podia entrar porque era de menor, eu fiquei do lado de fora. Ah, foi bom pô, apesar... foi bom. Eu queria que fosse menino e veio um menino.” (Pai, 17 anos)

“Minha gravidez não foi planejada. No começo eu queria morrer. Mas depois que eu contei para a minha mãe e ela me apoiou, ela, minha tia. Aí foi tudo bem”. (Mãe, 26 anos).

Diferença na criação: crianças x adolescentes, meninos x meninas

As dificuldades e facilidades na criação dos filhos acompanham as especificidades e necessidades segundo a idade e o gênero dos indivíduos em questão. No entanto, os relatos apontam para um maior “controle” da situação quando se trata de crianças e meninas. A adolescência é vivida com uma sensação de perda daquele indivíduo que necessitava de maiores cuidados e proteção, e a chegada de um ser que pretende exercitar sua independência frente aos pais e as regras da infância. Essa vivência gera maiores temores na criação de adolescentes, somada ainda às situações de violência que a comunidade apresenta principalmente para esta faixa etária. Em relação especificamente ao fascínio exercido pelo tráfico, os pais têm relatado que tanto as meninas quanto os meninos estão vulneráveis.

“A menina tem um jeito de agir que é mais afável, o menino é mais garanhão”. (Mãe, 23 anos).

“Agora assim eu to sentindo (a diferença entre as idades). Porque ele é uma idade que tipo, vai dos 13 até os 16 anos, a criança começa a mudar, fica rebelde... Então, tipo assim, fica mais autoritária, acha que é aquilo ali e acabou. Então é o que eu falo, é a hora de você dominar, porque se você não dominar, quando chega aos 14, 15 anos não adianta que eles não têm respeito. É o que aconteceu com a geração que tá aí roubando, fazendo isso tudo. Não teve o domínio, não teve o limite”. (Mãe, 29 anos)

Dificuldades para a criação dos (as) filhos (as) dentro de casa e fora de casa

Os relatos apontam para a presença da violência doméstica, que fragiliza as relações familiares. A questão financeira é também apontada como um grande fator de fragilidade no que diz respeito a dificuldade em suprir as necessidades e desejos dos filhos. Outros fatores citados foram: falta de diálogo com os pais, ausência da figura paterna, falta de tempo e de paciência dos pais devido a exaustivas e extensas rotinas de trabalho, falta de espaço e conforto para permitir que a criança brinque em casa, dificuldade de impôr limites sem recorrer à violência.

“Pó, a criança tá dentro de casa, o pai tá brigando com a mãe, discutindo, batendo, a criança vendo aquilo, pô tem gente que dá revolta.”
(Pai, 17 anos)

“Aqui em casa o que tá pegando mesmo é o dinheiro. A E. tá numa fase em que tudo é pedir. Sai uma coisinha nova: ‘eu quero porque quero uma blusa, uma sandália da Xuxa’. Eu falo com ela que tem que esperar, porque tudo que tenho que comprar pra um, tenho que comprar pro outro (filho). Se comprar um tênis pra um, tenho que comprar pro outro. Só o tênis dela de escola foi 60 reais. Falei com ela que ia comprar só o tênis e o uniforme. O aniversário dela é mês que vem e ela falou que quer festa!” (Mãe, 23 anos).

Fora de casa, o que gera maior preocupação é a violência decorrente da presença do tráfico de drogas, sem dúvida, o problema mais denunciado. Drogas, armas e o poder do tráfico representam forças contra as quais lutar é muito difícil, mesmo para as famílias mais presentes e atuantes na criação de seus filhos.

Os vizinhos são os grandes aliados no cuidado das crianças e adolescentes dentro da comunidade. Esse é um cuidado informal, de observação, que mantém os pais informados mesmo longe de casa.

“Nada pior do que a rua. A rua não, pior é o morro, a favela. Aqui tem muito stress, tem muita coisa, muito pesado, tráfico, tudo... A criança com 7, 8 anos de idade, dali ela começa a entender. Aí ela começa a ver uma porção de coisas, se não tiver um pai legal, uma mãe legal do lado pra apoiar... Tem muita gente aqui inteligente que estuda que quer estudar, mas tem outras que também não, que olha e gosta e segue aquilo dali. (Para evitar isso tem que) ocupar ela, a todo momento, com tudo, escola, curso, futebol, tudo
(Pai, 17 anos)

“O problema que eu vejo assim é o problema da violência. Às vezes ela(a criança) tá brincando, aí vem um com a moto voada, correndo. Aí você não pode reclamar... Aí às vezes as crianças estão brincando, aí passam armados, aí as crianças ficam com medo. O problema assim é a violência mesmo. A gente (enquanto pais) não tem muito o que fazer. Não tem pra onde correr. O que é que a gente vai fazer? Se a gente abrir a boca a gente pode morrer. Se a gente for reclamar a gente pode morrer. Então não tem o que fazer. Não tem nem pra quem reclamar, não tem nem pra onde correr. A G. nem pergunta. Ela só fica com medo, corre, vem pra cima da gente. Eu penso em dar conselho pra ela e pedir a Deus que olhe por ela, porque só Deus! Só Deus. Pelo que eu vejo aqui só Deus.”
(Mãe, 26 anos)

Crianças e adolescentes em situação de rua / no tráfico de drogas – motivações / razões?

Os relatos apontam para uma responsabilização da família. Existe uma idéia de que o “limite” é algo a ser imposto por uma família amorosa, que ofereça diálogo, que tenha uma relação aberta sem ser permissiva, que puna sem ser violenta, que esteja presente sem ser opressiva. No entanto, esse ideal quando confrontado com as vivências pessoais e exemplos dos vizinhos trazem ambigüidades no discurso, mostrando, mais uma vez, como os mitos que envolvem a família estão introjetados no cotidiano dos entrevistados.

Uma das tendências, por exemplo, é comparar a educação de hoje, que seria mais apaziguadora, com a educação de antigamente, aparentemente mais rígida. Os relatos afirmam que as relações parentais de “antigamente” eram regidas sob a égide do medo e do respeito. No entanto, há o consenso de que impor os mesmos métodos da criação dos pais ou dos avós não funciona atualmente. Uma solução apontada seria manter os jovens constantemente ocupados para que não ficassem a mercê dos “perigos da vida”.

“Eu acho que isso acontece por causa dos pais, não liga pros filhos... Eu acho que você quer estar perto dele é saber o que está acontecendo na escola, na rua, por onde ele anda. Sempre caçar um meio dele vir até você e explicar pra você: ‘olha, tá acontecendo isso, isso e isso. Eu quero que você fique sabendo’”.
(Pai, 22 anos)

“Eu conheço histórias daqui... Ficava largado aí, aí foi crescendo... Inclusive crianças que já morreram. Não chegaram nem aos dezesseis anos. Eu acho que hoje em dia tem que manter ocupado até porque deixar muito as crianças soltas aí vê aí o que acontece aí, a marginalidade... O que é que faltou? O apoio da família. Às vezes são pais separados. A maioria são pais separados, a mãe trabalha fora, não tem com quem deixar. A mãe não tem nem com quem deixar a criança então a criança fica largada aí.”
(Pai, 31 anos)

Quem apóia na criação do (a) (s) filho (a) (s) e onde falta apoio?

Os principais pontos de apoios familiares na opinião dos entrevistados são as avós e bisavós das crianças. Em relação aos pais das crianças, a mãe assume a responsabilidade principal na criação. O pai é figura quase sempre ausente na fala deles mesmos e das mães. Em alguns casos, isso ocorre pela necessidade de trabalhar e, em outros, por abandono ou postura menos afetiva no trato com as crianças.

A creche é reconhecidamente um apoio importante. A comunidade, na figura dos vizinhos, também aparece como possibilidade de apoio. A escola aparece como um apoio em potencial, mas que não supre as necessidades cotidianas das famílias.

As principais demandas são: espaço para deixar as crianças em segurança enquanto os pais trabalham, espaços de lazer, espaços onde pudessem receber aconselhamentos sobre temas que desconhecem. Muitos pais gostariam de maiores esclarecimentos sobre a questão das drogas, criação dos filhos, além de demandarem terapia familiar, ou grupos de conversa onde poderiam trocar conhecimentos, dúvidas e apoio mútuo.

“Olha, na comunidade, tem as pessoas que trabalham na creche dando um apoio, então eu acho que é um jeito de ajudar bom, bom mesmo. Isso ajuda você muito porque você sai pra trabalhar e elas cuidam dessas crianças direitinho. Eu acho que poucas delas moram aqui no morro. Sabe como é a vida né, no dia a dia. Hoje você trabalha, amanhã você não trabalha. E ela pode ficar doente, quando ela tá doente, qualquer coisa, eu vou, levo ela no médico e chega lá eu deixo a receita com eles (na creche), deixo o remédio: ‘ó, o horário dela tomar a o remédio é de seis em seis’. Dão direitinho. Mas pra mim já é uma ajuda muito mesmo.” (Pai, 22 anos)

“(Durante a gravidez) Faltou mais a presença dele (do marido), porque foi uma época muito difícil pra mim. Aí ele ia pra rua, saía, me convidava pra sair... ele gostava muito de ir pra festa, de sair. E eu queria ficar em casa, queria ele mais perto de mim. Eu acho que faltou muito isso, ele ficar mais junto de mim. Por isso que agora ele às vezes fala que quer um outro filho mas aí eu fico com medo mais é disso. Eu falo: ‘ah não, passar o que eu já passei de novo, não. Não, eu não vou fazer isso não’. Eu digo (pra ele): ‘lembra que você saía, me deixava lá com a minha mãe, e eu ficava chorando lá?...’. Aí eu penso assim, o que faltou foi mais a presença dele. Termos financeiros não, nesse ponto eu não tenho do que me queixar dele. Tive melhores coisas pro meu filho, pra mim, alimentação, remédio, esse negócio que chama... enxoval, tudo, tudo. Nesse lado eu não tenho do que queixar dele, mas eu queria mais a presença dele.” (Mãe, 39 anos)

“Com meus filhos eu só grito, não estou agüentando, estou precisando de uma orientação, eu não estou mais dominando eles. Eles debocham de mim, eles riem, não atendem... É irritante, sabe?Primeiro eu tenho que ir pra uma pessoa me orientar porque eu não estou sabendo não. Eu não estou sabendo mesmo lidar com eles. Eu grito e não adianta, eles gritam também. Eu não estou sabendo. Eu dou tudo pra esses meninos, eu trabalho em função deles. Gente, eu não sei o que é comprar roupa há muito tempo. É tudo pra eles, pra eles ficarem bem. Eu tenho que ter uma pessoa que me oriente quanto a

isso. Até quando eu vou gritar e eles vão gritar mais? Quando tiver rapazinho? Nossa!”
(Mãe, 37 anos)

“(O que poderia existir para apoiar os pais na criação dos filhos?) É, esses encontros de apoio à família seria bom. Deixa eu ver mais o que... seria muito interessante palestras assim que ele pudesse ir, que ele pudesse ficar com a mente mais aberta (o marido).”
(Mãe, 39 anos)

As pessoas entrevistadas relacionam uma série de suportes que poderiam existir para apoiar as famílias. Diante de suas múltiplas necessidades, a longa lista incorpora ações governamentais, não governamentais, espaços de escuta e aconselhamento, lazer, esporte, segurança pública, responsabilização parental, entre outras. Outro ator importante que se faz presente é a igreja, principalmente no que se relaciona a um espaço de reflexão, de busca de paz e equilíbrio.

“Aí deveria ter assim explicadora pras crianças, porque os pais não sabem ler nem escrever. Pra elas ir pra lá pra fazer os deveres de casa, pra melhorar o ensino. Aqui não tem nada disso, né?”
(Avó, 62 anos)

“Mais é um falta de um lazer. Se tivesse alguma coisa assim de lazer, seria legal. Aqui tem uma quadra enorme, mas quase não tem nada, pelo menos era mais uma alternativa para as crianças, mas aqui não tem nada.”
(Mãe, 23 anos)

“De repente um psicólogo. Uma pessoa assim que pudesse... um psicólogo mesmo, que desse uma orientação pra gente, uma ajuda.”
(Pai, 31 anos)

“Eu acho o seguinte, eles deveria colocar em todas as comunidade, como tinha... projeto, ocupar o tempo das crianças, por exemplo, vôlei, futebol, capoeira, projeto. Eu acho o seguinte, acho que poderia ter, por exemplo, segunda, quarta e sexta, todo dia não, porque a criança vai se sentir obrigada, mas quem sabe depois da aula, quem sabe uma explicadora? Entendeu? Se eles têm dificuldade em português, por que não colocar a criança pra ler? Ou então, até mesmo fazer uma peça de teatro, uma brincadeira?”
(Pai, 29 anos)

“Só se tivesse aqui... um espaço grande, vai ser um curso de informática, ser outra coisa, igual tem em outras comunidades. Que aí as crianças não ficam tanto na rua. Ela ia ter o que fazer, um curso de informática, alguma outra coisa assim. No caso do adolescente eu acho que poderia ter cursos de informática, manicure, essas coisas assim”.
(Mãe, 26 anos).

“Eu estudei Testemunha de Jeová. Eu passo umas palavras pra minha filha. O que eu aprendi na bíblia eu tento passar pra ela. Não é muita coisa. É pouca coisa. Até porque muita coisa eu também não sei. Aliás, ninguém sabe. Mas o pouco que eu sei eu tento passar pra ela. Se um dia ela quiser entrar na religião aí vai ser o destino dela. (...) Você sabe se controlar e sabe controlar a sua família. Tipo assim tem muita família que briga, discute, bate nos filhos. Eu acho que ele sendo da igreja ele é mais paciente, ele é mais calmo. Chega, senta, conversa, mas nunca chega a fazer esse tipo de coisa”.

(Pai, 22 anos)

Sonhos e realidade

Os sonhos se confundem com as necessidades primeiras do cotidiano de cada um. E essas necessidades são compartilhadas por todos, como ter uma casa mais confortável, emprego estável, terminar os estudos, dar uma vida melhor aos filhos.

“Só um emprego decente mesmo, bem remunerado. Ninguém quer ganhar salário mínimo. Se for pra ganhar um salário mínimo eu fico dentro de casa, é melhor. Pode ser qualquer área, contanto que pagasse bem. Hoje em dia o mundo roda em torno do dinheiro. Se tiver dinheiro, trabalho sábado e domingo, não tem problema.”

(Pai, 17 anos)

“Eu quero uma casa bonita, comprar minhas coisas bonitinha..”

(Avó, 62 anos)

“Terminar de fazer minha casa, pra dar mais conforto aos meus filhos.”

(Mãe, 23 anos)

“Eu penso também que eu deveria ter estudado mais, não ter ficado só no 2º Grau, ter feito uma faculdade, porque aí eu ia ter um emprego fixo, uma coisa fixa para estabilizar melhor. Se eu fizesse, eu queria fazer pedagogia.”

(Mãe, 26 anos)

“É de um trabalho, trabalho que eu digo carteira assinada, com horários”.

(Mãe, 27 anos)

O futuro dos (as) filhos (as)

Aqui entramos em uma seara comum a qualquer pai e mãe independente da classe social, das necessidades financeiras, problemas com violência familiar ou comunitária. O desejo para o futuro dos filhos envolve felicidade, bom emprego, estudo e reconhecimento pelo esforço e dedicação dos pais.

“Ah, eu queria felicidade, que fosse alguém na vida, né? Arrumasse um trabalho decente, ter seu canto bonitinho. Acho que meu sonho é esse, pra todos eles”.

(Avó, 62 anos)

“Que eles façam o que eu não fiz: estudar! Porque eu parei na sétima série; estudar pra ter um trabalho legal, pra não ter que trabalhar como eu e minha mãe.”

(Mãe, 23 anos)

“Tudo de bom. Que ela estude bastante, tenha uma vida assim, boa. O único medo que eu tenho é ela se envolver com esses caras assim que não presta, só isso. Pra que isso não

aconteça, eu pretendo ocupar a vida dela assim, tudo o que eu puder botar ela pra fazer pra não ficar assim no morro, andando pra baixo e pra cima.”
(Mãe, 26 anos)

Considerações Finais

Muitas são as considerações que podemos fazer diante de tudo que aprendemos nessa pesquisa. Ao nos permitirmos ouvir as famílias, proporcionamos, também, espaço para que discutissem possíveis soluções para as dificuldades na criação dos filhos.

As famílias de baixa renda no Brasil e em outras partes do mundo enfrentam adversidades e utilizam vários recursos para garantir a sobrevivência dos seus integrantes. Elas formam verdadeiras redes sociais, redes assistenciais e de solidariedade que funcionam por vezes precariamente, nem sempre garantindo a manutenção do grupo familiar. A existência de grupos sociais inteiros dependendo de ajuda governamental para sobreviver já se constitui por si só em motivo suficiente para a aplicação de políticas de proteção sérias e intensificadas.

É mais que sabido que a escola desempenha, ou deveria desempenhar papel preponderante no apoio às famílias, visto a importância da educação formal para se quebrar os ciclos geracionais de exclusão social. A família também reivindica a opção da escola como fator de proteção para os filhos durante o período em que os pais precisam trabalhar.

O desemprego do pai e da mãe gera vulnerabilidades que expõem todos os integrantes da família a situações limites. A baixa escolaridade e o alto número de filhos dificulta ainda mais a inserção no mercado de trabalho. As ações, que agora têm caráter emergencial, devem a médio e longo prazo envolver o aumento de escolaridade e a formação para o mercado de trabalho.

A violência na comunidade gerada pelo tráfico de drogas é extremamente impactante no que diz respeito à criação dos filhos. Além das preocupações naturais quanto ao futuro dos filhos em relação a um bom emprego, bons companheiros, filhos saudáveis, as famílias que vivem nas comunidades subjugadas pelo tráfico temem a morte prematura, o envolvimento com o crime, a prisão de seus filhos, meninos e meninas.

A gravidez precoce e a falta de planejamento familiar englobam questões subjetivas que só poderão ser entendidas se olhadas de perto. Não cabe mais a menção a falta de informação somente, ou a baixa escolaridade ou baixa renda. Apesar dos dados do IBGE apontarem relações entre essas variáveis, devemos ir além e procurar vislumbrar esse fenômeno como resultante também de fatores subjetivos, desejos e identidade social.

A assistência social enquanto política pública ainda é fragmentada e pouco efetiva. Serve para as famílias como uma espécie de extintor quando o incêndio está instalado, mas não proporciona impacto a médio ou longo prazo. Os programas de transferência de renda apesar de estarem apresentando resultados interessantes na redução da pobreza extrema no Brasil, ainda representam uma ação que, isolada, não pode cessar a transmissão intergeracional da exclusão social.

Quando a família experimenta uma sensação de impotência diante da possibilidade de reverter a situação em que se encontra, podemos dizer que ela está em desamparo social. A vivência do desamparo social por uma parcela da população é fracasso de toda uma sociedade. Hoje quem assina pela alcunha de família são arranjos variados de indivíduos: mães, filhos, pais, avós, tios, primos, madrastas, padrastos, genros, noras e todos que unidos ou não por laços consangüíneos estão à frente da difícil tarefa de formar um núcleo social com objetivos comuns, divisão de bens e tarefas. As políticas de educação, saúde, habitação, assistência e segurança devem ser tantas quantas forem as necessidades impostas pela nossa sociedade, para que se crie um sentimento de cidadania em seus membros.

Esperamos que as reflexões sobre os resultados da presente pesquisa possam permitir outras leituras de um campo de estudo que não se esgota. Entender os fenômenos sociais, suas causas e conseqüências é um processo dinâmico e contínuo. Na interface entre pesquisar e agir, o CIESPI e seus pesquisadores assumem a responsabilidade de manter esse campo fértil e atuante.

Referências Bibliográficas

- BRASIL,(1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei Federal nº 8.069. Brasília, DF: Congresso Nacional.
- CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE – CLAVES. (2004). *Famílias: parcerias ou usuárias eventuais?* Fundação Instituto Oswaldo Cruz/ CLAVES & UNICEF.

- COSTA, A.R. e VITALE, M. A. F. (orgs). (2003). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. S.P: IEE/PUCSP.
- DONZELOT, J. (1980). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal.
- GENOFRE, R. M. (2002). Família: uma leitura jurídica. In: M.C. BRANT DE CARVALHO (Org). *A família contemporânea em debate*. 4.^a Ed. São Paulo: Cortez, p. 97-104.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2000). Censo Demográfico 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2005). Indicadores Sociais com Base no PNUD de 2004.
- LESER DE MELO, S. (2002). Família: perspectiva teórica e observação factual. In: M. C. BRANT DE CARVALHO (Org.). *A família contemporânea em debate*. 4.^a Ed. São Paulo: Cortez Editora, p. 51-60.
- LEWIS, M. (1987). Social development in infancy and early childhood. Em J.D. OSOFSKY (Org.). *Handbook of infant development*. New York: Wiley, p. 419-493.
- MANZINI-COVRE, M. L. (2002). A família, o “feminino”, a cidadania e a subjetividade. In: M.C. BRANT DE CARVALHO (Org). *A família contemporânea em debate*. 4.^a ed. São Paulo: Cortez, p. 105-122.
- MENGA, L e MARLI, A. (2001). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. *Temas básicos de Educação e Ensino*. E.P.U
- NOVELLINO, M. S. F. (2002). Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto. *Anais*, p. 21-27.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2000). *A pobreza Urbana*. Disponível em < [http:// www.onuportugal.pt/vida/pobreza.html](http://www.onuportugal.pt/vida/pobreza.html).> Acesso em 15 de setembro de 2004.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO/ PNUD/ ONU/ IPEA/ IBGE (2002). Desenvolvimento humano e condições de vida na cidade do Rio de Janeiro e seus bairros. In: *Coleção Estudos da cidade*. Disponível em < [http:// www.armazemdosdados.rj.gov.br](http://www.armazemdosdados.rj.gov.br) > Acesso em 29 de outubro de 2003.
- SZYMANSKI, H. (2002). Teorias e “teorias” de famílias. In: M. C. BRANT DE CARVALHO (Org). *A família contemporânea em debate*. 4.^a Ed. São Paulo: Cortez, p 23-28.

VASCONCELOS, E & MORGADO, R. (2005). *Proposta Conceitual do PAIF*. Subsídios analíticos e metodológicos na lógica do SUAS e do PAIF/RJ. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social.